

# A restrição causada pelo capitalismo no processo da evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial

*The restriction caused by capitalism in the process of Angolan socioeconomic evolution in the postcolonial period*

*La restricción provocada por el capitalismo em el processo de evolución socioeconómica angoleña en el período poscolonial*

Gustavo Domingues Morais\*

Julia Alonso de Souza\*\*

Laryssa Tomaz de Frias Marques de Souza\*\*\*

## Resumo

A Angola é um país que passou por períodos históricos com diversas organizações socioeconômicas. Desse modo, ela foi influenciada por vários fatores estruturais, principalmente no período pós-colonial. Entretanto, a relação de dependência internacional, e subdesenvolvimento conservados pela elite local são constantes, logo, limitando o desenvolvimento econômico do país africano. À vista disso, esse artigo tem como objetivo compreender esse processo utilizando de princípios neo-gramscianos de Cox sobre a relação agente-estrutura e das Teorias Marxistas de Lênin e Wallerstein.

**Palavras-chave:** Angola. Petróleo. Marxismo. Agente. Estrutura. Dependência.

## Abstract

Angola is a country that has gone through historical periods with various socioeconomic organizations. Therefore, it was influenced by several structural factors, especially in the postcolonial period. However, the relationship of international dependence and underdevelopment retained by the local elite is constant, thus limiting the economic development of the African country. In view of this, this article aims to understand this process using Cox's neo-gramscian principles on the agent-structure relations and the Marxist Theories of Lenin and Wallerstein.

**Keywords:** Angola. Petroleum. Marxism. Agent. Structure. Dependence

\* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: gustavomorais\_471@icloud.com.

\*\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliaasouza97@gmail.com.

\*\*\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: laryssatomazfms@gmail.com.

## Resumen

Angola es un país que ha pasado por períodos históricos con varias organizaciones socioeconómicas. Así, estuvo influenciado por varios factores estructurales, principalmente en el período poscolonial. Sin embargo, la relación de dependencia internacional y subdesarrollo que mantiene la élite local es constante, lo que limita

el desarrollo económico del país africano. En vista de esto, este artículo tiene como objetivo comprender este proceso utilizando los principios neo-gramscianos de Cox sobre la relación agente-estructura y las Teorías marxistas de Lenin y Wallerstein.

**Palabras chave:** Angola. Petróleo. Marxismo. Agente. Estructura. Dependencia.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento socioeconômico em Angola, tomando como partida, a exploração e a dominação dos grandes impérios europeus em seu período de colonização. Além disso, considerar as consequências decorrentes às influências de elites capitalistas no território africano e como esse fato afetou seu desenvolvimento político e social ao longo das décadas. Em decorrência disso, houve um posicionamento de enquadramento sobre a vida social em Angola e também, uma introdução de novos valores culturais, econômicos, políticos e religiosos no país em questão. Aliado a esse fato, pode ser utilizado como base as ideologias da teoria marxista, que preceitua como esse tipo de influência pode desencadear um modelo de dominação por parte das elites, moldando a estrutura do Estado dominado, de acordo com seus interesses político e econômico.

Ademais, o estudo realizado utilizou de teorias como a Teoria Imperialista de Lênin, que tem como objetivo compreender o processo histórico das relações entre os Estados em detrimento do expansionismo baseado na busca de lucros. Como também, a Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein que elabora uma explicação sobre hierarquia no sistema entre Estados baseada no mercado, no qual, Estados buscam maximizar seus ganhos individualmente. Além disso, também utiliza dos princípios neo-gramscianos para analisar a relação entre agente-estrutura, que busca uma análise da estrutura da sociedade angolana, a qual é constituída pelos comportamentos perpetuadas pelas forças sociais, logo, são consequências das interações sociais históricas que formam essa estrutura.

Portanto, as análises que compõem este trabalho e as teorias citadas anteriormente, podem auxiliar na formulação da hipótese e da pergunta de partida. Diante disso, pergunta-se: 'Como as ideo-

logias das elites capitalistas restringiram o processo de evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial?'. E para responder essa questão, a hipótese formulada é que nessa nova ordem pós-colonial, as classes favorecidas possuem uma maior facilidade de moldar a estrutura do sistema internacional, sendo que elas possuem uma posição hegemônica nesse sistema e a partir desse fato, nota-se que a sociedade angolana não tem poder suficiente para modificar tal estrutura, por conta desse ser considerado um país periférico e não possuir uma posição econômica influente no sistema internacional.

## As premissas das teorias marxistas

Com base nas ideologias fundamentadas a partir da teoria marxista, pode-se constatar o desencadeamento das influências que as elites capitalistas tiveram em relação às colônias africanas e como certas políticas foram impostas, moldando a sua estruturação como Estado. Dessa forma, a essência da teoria enfatiza a concepção de que o Estado é resultado dos interesses das classes dominantes, particularmente a burguesia, as quais impõem sua dominação através do controle ideológico e político do Estado. Contudo, os Estados não são autônomos, logo, a política é uma consequência da economia, que por sua vez é um espaço de disputa e desigualdade – caracterizando-se como sendo um jogo de soma-zero entre as classes, em que uma não existe sem a outra. Entretanto, é notória a ausência da discussão específica sobre relações internacionais, porém, ao mesmo tempo, nota-se que a teoria oferece instrumentos para sua análise, na qual pauta sua escrita em reflexos da sociedade civil, ou seja, em classes sociais (COHN, 2012; MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011).

Ademais, o entendimento da realidade parte de um olhar das dinâmicas das relações sociais de produção e compreende as relações entre as unidades políticas em uma estrutura. À vista disso, a perspectiva dialética marxista parte do princípio de que agentes humanos existem dentro de uma estrutura social, que reproduz ou altera suas ações, no entanto, a práxis de Marx define que os homens podem modificar a sua história, logo, podem moldar a estrutura, mesmo que ainda constangidos por ela. Sendo assim, há uma interdependência entre o mundo das ideias (subjetivo) e o mundo material (objetivo), no entanto, apenas a burguesia teria condições

para alterar a estrutura, uma vez que essa possui o monopólio da linguagem. Desse modo, o processo de mudança social é um resultado do progresso das forças produtivas e da luta de classes, assim, as sociedades devem ser compreendidas em função de seu contexto socioeconômico. Portanto, a formação do Estado deve ser analisada pelo processo de imposição do capitalismo e da subjugação executada por este às sociedades pré-capitalistas, sendo que a produção econômica é a base para todas as atividades humanas, e é inerentemente expansiva (MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011; RUPERT, 2007).

### *Teoria Imperialista de Lênin*

Em virtude disso, foi elaborada uma visão mais ampla sobre as relações entre os Estados, argumentando que a acumulação capitalista é o que promove o expansionismo colonial das grandes potências, assim, elas estão sempre em busca do lucro. Neste sentido, foi desenvolvida a teoria do Imperialismo por Vladimir Lenin, o qual se baseou na internacionalização dos estudos de Karl Marx. No contexto dessa teorização, ocorria o estabelecimento de colônias europeias na África e Ásia a procura de mão de obra barata, recursos naturais, e circunstância para o investimento do capital industrial. Assim, do mesmo modo que Marx, Lenin argumenta que o capitalismo tende ao monopólio, concentrando o capital em uma pequena parcela da sociedade, fato que desencadearia na dificuldade em encontrar mercados e oportunidades para investimento. Tendo em vista que a classe capitalista não tinha interesses em investir no salário do proletariado para aumentar o consumo e manter o modelo econômico fomentado, decorre a expansão colonial. Logo, as nações capitalistas puderam manter suas taxas superavitárias de lucro e bens, conservando as nações mais pobres subdesenvolvidas, exploradas e dependentes (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012; MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011; RUPERT, 2007).

Dessa forma, Lenin se diferencia de Marx por dissertar que entre o capitalismo e o socialismo há outra etapa, a qual corresponde à presença de monopólios e imperialismo, que – assim como a exploração do proletariado – era inevitável. Isto posto, Lenin defende que a revolução prevista por Marx ainda não havia ocorrido, pois a expansão imperialista teria ocasionado na sobrevida do

modelo, ao prover lucros que eram utilizados para dar benefícios sociais ao proletariado europeu, retardando a luta contra o capital. Consequentemente, inicia-se a corrida imperial, e a partir do momento em que todas as regiões do globo fossem divididas em colônias, seriam instituídos conflitos entre as potências imperialistas, desencadeando no fim do capitalismo. Nesse sentido, ao transpor o conceito marxista de luta de classes para o internacional, Lênin afirma que com a formação do mercado mundial, os países mais pobres, os quais eram em sua maioria colônias, podem ser associados à posição de proletariado do sistema internacional (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012; RUPERT, 2007).

Ademais, é dissertado que mesmo as potências capitalistas restringindo a industrialização das colônias, o imperialismo era uma etapa crucial para o desenvolvimento desses países. Isso decorre, haja vista que esse processo desencadearia na transferência de capital e tecnologia para as colônias, as quais seriam competitivas internacionalmente pela mão de obra barata, assim, a ascensão e a decadência das potências capitalistas fomentariam conflitos imperialistas. Por outro enfoque, a teoria explicita que os países periféricos eram campos atrativos para a produção de monopólios, uma vez que as elites locais competiam por capital e investimento. Desse modo, é central que a estrutura política dentro e entre os Estados ocorria de forma a beneficiar produtivamente e financeiramente os que detinham o monopólio do capital. Portanto, o Sistema Internacional é definido por relações de dependência e desenvolvimento desiguais, as quais outras teorias marxistas retratam (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

### *Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein*

Nesse contexto, foi elaborada a teoria Sistema-Mundo, a qual é desenvolvida principalmente por Immanuel Wallerstein, e deriva de uma análise estrutural determinista, que ressalta o desenvolvimento global desde o século XV, promovendo um entendimento histórico das mudanças políticas e econômicas. Assim, nessa teoria é dissertado que a economia constrange a política, e é o fator organizacional do Sistema Internacional, em que o sistema mundo consiste em uma única divisão do trabalho em um contexto multicultural, podendo ser um império-mundo ou uma economia-mundo. Primeiramente, império-mundo é um sistema em que há apenas

uma organização política, na qual é utilizada coerção para se definir a divisão de trabalho interna. Já na economia-mundo há uma multiplicidade de organizações políticas, em que mesmo que haja um ator hegemônico, esse não possui a capacidade de controlar o mercado internacional inteiramente. Desse modo, atualmente os Estados estão inseridos em uma economia-mundo, haja vista que mesmo com diferentes políticas, todos compactuam do capitalismo internacional, ordem a qual Wallerstein argumenta ter emergido no século XVI (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Sendo assim, é estabelecida uma hierarquia baseada no mercado, em que se visa maximizar os ganhos individuais. Desse modo, o Sistema Internacional pode ser dividido em centro, periferia e semiperiferia, divisões que se relacionam tanto internamente quanto uma com as outras, e que são permanentes na estrutura global capitalista. Primeiramente, o centro é caracterizado por possuir majoritariamente indústrias altamente qualificadas, que produzem bens de alto valor agregado, tendo o monopólio do capital financeiro. Por sua vez, a periferia é identificada pela maioria de sua produção ser bens de baixo valor agregado, configurando uma relação de dependência com o centro pela necessidade de outros bens, e uma debilidade econômica decorrente das trocas desiguais. Assim, o centro é definido como forte, enquanto a periferia fraca, uma vez que a posição econômica dos Estados influencia sua relevância global. Nesse contexto, ao tentar modificar esse sistema a periferia é passível de sofrer repressão por meio da força exercida pelo centro, o qual tem como intuito a manutenção de sua dominância (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Ademais, é adicionado nessa conjuntura a semiperiferia, que consiste em um intermediário entre os dois termos anteriores, haja vista que alguns países menos desenvolvidos passaram a realizar seus processos de industrialização. Consequentemente, houve uma mudança na classificação de alguns países, contudo, teóricos do Sistema-Mundo têm uma visão ainda pessimista, e consideram que mesmo essas alterações podendo ser interpretadas como desenvolvimento, esses ainda são dependentes. Por sua vez, a semiperiferia reproduz a relação de dominância – realizada pelo centro – com a periferia. Desse modo, a semiperiferia é um fator estabilizador do capitalismo internacional, por realizar um papel mais político do que econômico ao tornar menos explícita a diferença de desenvolvimento entre o centro e a periferia, e aparentar ser possível a as-

censão nesse modelo. Por fim, também é argumentado na teoria do Sistema-Mundo que a divisão centro, periferia e semiperiferia pode ser também observada no contexto interior dos países. Dessa forma, é dissertado sobre a influência que os interesses burgueses têm nas políticas estatais, ocorrendo em todas as classificações de Estados, mesmo que em intensidades diferentes. À vista disso, as elites capitalistas utilizam das políticas de Estado para maximizarem seus ganhos, impactando a estruturação da sociedade na sua totalidade (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

### *Relação Agente-Estrutura na abordagem neo-gramsciana de Robert Cox*

A partir da análise da estruturação da sociedade angolana e a relação entre as condutas dos atores, pode-se observar quais foram os interesses e os fatores predominantes neste processo. Desse modo pode-se analisar esse procedimento por meio da abordagem realizada por Cox, utilizando-se como outras perspectivas neo-gramscianas, um método epistemológico histórico. A argumentação central desse método é fundamentada pelo dualismo da subjetividade e da objetividade dentro a sua pesquisa, buscando compreender como as estruturas das sociedades foram constituídas; assim como visa explicar o modo pelo qual essas estruturas são capazes de agir frente aos indivíduos que fazem parte dessa realidade objetiva social. Por sua vez, ele foca nas intersubjetividades que constituem as estruturas históricas do mundo material social, logo, ele parte do pressuposto de que as instituições sociais e políticas são o conjunto da ação coletiva dos indivíduos. Sendo assim, a sua análise fundamentou em entender a constituição dessas estruturas por base do processo histórico das ações realizadas pelos indivíduos e o compartilhamento de ideias entre eles, para poder analisar as mudanças subjetivas nas tomadas de decisões dos agentes, os quais influenciaram na criação das estruturas históricas (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1985; SUGANAMI, 1999).

À vista disso, Cox visava analisar as relações sociais pelo processo histórico, em como essas relações são influenciadas pela prefiguração do passado e como é a importância da combinação de elementos objetivos e subjetivos dentro desse processo. Neste sentido, era argumentado a relação entre o contexto histórico e as condições sociais do presente, tendo em vista que as consequências

do passado moldam todas as formas sociais do presente. As estruturas históricas não determinam as ações das pessoas, no entanto, molda e constitui o contexto de hábitos, pressões, expectativas e restrições dentro das quais a ação do indivíduo ocorre. Ademais, o mundo social – marcado pela objetividade – é um conjunto de leis que agem sobre as pessoas, os quais são fundamentadas pelos comportamentos e interações sucedida pelo passado; logo, a estrutura objetiva não existe por si só, mas sim por causa de uma relação histórica subjetiva entre os indivíduos que os configuram. Um contexto histórico é dado como concreto, pois ela corresponde a uma subjetividade histórica de uma relação coletivo social. Com isso, a incorporação dessas relações sociais que constituem o mundo social é, portanto, mediada pela combinação de elementos objetivos e subjetivos (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1981, 1985).

As estruturas históricas referem-se as práticas sociais contínuas, formuladas e modificadas pela coletividade humana. Segundo Cox, dentro dessa estrutura, há a interação recíproco entre três elementos fundamentais: as ideias, as capacidades materiais, e pelas instituições. O primeiro elemento é compreendido em significados intersubjetivos, ou nas normas compartilhadas e perpetuadas pelas interações sociais, como também pelas percepções coletivas da ordem social. As capacidades materiais são referidas de forma dinâmica ao significado do poder do recurso, sendo ele tangível. Por sua vez, as instituições são os resultados combinatórios dos outros dois elementos. Desse modo, o método de estruturas históricas é aplicado às três esferas de atividade: a organização da produção, que fundamenta-se na totalidade das relações sociais, como as forças sociais que são concebidas pelo processo de produção; as formas de Estados, que se constitui aos complexos estudos entre Estado e a sociedade historicamente contingentes; e as ordens mundiais, que são configuradas pelas forças sociais que representam determinados padrões de estabilidade ou de conflito na estrutura. Por conseguinte, os três níveis estão interligados, sendo que alterações na organização da produção geram novas forças sociais que, por sua vez, originam alterações na estrutura dos Estados (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1981; RAMOS, 2005).

Assim, Cox desenvolve este quadro analítico a fim de entender as estruturas históricas que foram constituídas dentro do contexto temporal do sistema capitalista de produção, logo, ele parte do pressuposto da ordem mundial e com ela a noção de hegemonia.



Isto posto, é argumentado que as forças sociais interferem a hegemonia dentro do aspecto nacional e mundial da ordem social, através do progresso e da expansão de um modo de produção. Neste sentido, é possível operar a hegemonia pela estruturação de um bloco histórico e pelo estabelecimento da coesão social dentro do Estado; como também pela expansão internacional de um modo de produção e pela proeminência dessa hegemonia através da ordem mundial (COX, 1987; RAMOS, 2005)

As forças sociais arranjam-se em uma estrutura global de poder e produzem uma estrutura histórica coerente consigo. A estrutura histórica torna-se, então, um balizamento à dinâmica social, conservando a estrutura de poder que a concebeu. A alteração na correlação das forças sociais produz contradições na estrutura histórica, que entra em descompasso com a antiga estrutura de poder. Enquanto a dinâmica social possibilitar o arranjo coerente dos elementos da estrutura histórica, ela se mantém. O surgimento de incoerências entre os elementos estruturais provoca a decomposição da estrutura histórica e sua substituição por uma nova, sustentada em uma nova relação coerente dos três elementos. (VIEIRA, 2013, p. 34).

Em virtude disso, Cox utiliza-se das forças sociais no processo de produção como a explicação central da economia política global, tendo em vista que a estrutura é retratada como resultado da relação entre essas forças, do mesmo modo que a partir da interação entre os Estados. Consequentemente, essa abordagem contempla a realidade da economia política como um desencadeamento no qual o poder não é dado baseando-se nas capacidades materiais por si só, mas sim é um produto dos processos sociais. Por conseguinte, as estruturas são estabelecidas pela interação sociais entre os agentes que constituem comportamentos perpetuadas pelo processo de produção controlada pela hegemonia, sendo essa produção também referente a de normas, regras e ideias. Por outro lado, as estruturas sociais, que refletem os diferentes níveis de poder político e econômico, moldam os pensamentos e ações dos indivíduos, logo, são concebidos pelas forças sociais que são incorporadas dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1987; RAMOS, 2005; VIEIRA, 2013).

## **Processo da evolução socioeconômica angolana**

Os primeiros contatos estrangeiros foram realizados pelos portugueses em 1482 com o território angolano, onde existiam

formações econômico-sociais de classes fortemente organizadas e que se fundamentavam principalmente pelo modo de produção escravagista. Sendo assim, os principais beneficiários dessas trocas eram a aristocracia, dona dos escravos, e os chefes administrativos das províncias. Além disso, os portugueses se beneficiaram desse meio de produção, os traficando para o Brasil e outras regiões da América, onde eram vendidos às elites agrárias. Ademais, estabeleciam relações com as autoridades locais, introduzindo o cristianismo e, assim, gradativamente, os portugueses expandiram a sua influência e dominação no território por uma colonização representada, principalmente, por missionários católicos e por comerciantes. Essa expansão monoculturalista impactou na organização social angolana, dividindo a sociedade em duas diferentes comunidades, os denominados católicos e os gentios (COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; JOSE, 2008; VENÂNCIO, 2001).

Esse modo de exploração continuou até meados da década de 1870, quando iniciou uma tendência imperialista por parte da Europa, a qual é representada pela política do *Scramble for Africa*<sup>4</sup>. À vista disso, buscando evitar conflitos entre as potências europeias, houve uma distribuição do território africano realizada definitivamente na Conferência de Berlim em 1884. Entretanto, os africanos não tiveram influência significativa nas decisões tomadas sobre a distribuição de seu próprio território, assim, foi uma resolução elaborada apenas pelos interesses das potências europeias. Desse modo, foi estabelecida por Portugal, com acordo das outras potências imperialistas, as fronteiras da atual Angola. Portanto, foi implantada a conceptualização de Estado, que delimitava a antiga estruturação territorial do Reino Angolano, que era constituído por vários povos diferentes (AVELAR, 2014; BRIDGE; BULLEN, 2005; COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018).

Dessa forma, entre 1885 e 1910, a Angola foi marcado por guerras de ocupação militar, que permitiu o controle efetivo de todo o território por Portugal. Posteriormente, no período pós Primeira Guerra Mundial, iniciou-se o processo da exploração capitalista de Angola, que foi marcado pela implementação de ideais

4. Foi um ímpeto político que derivou do impacto das lutas intereuropeias pelo poder e da competição por preeminência. Desse modo, a dominação dos territórios africanos foi visada como uma solução para as questões socioeconômicas que os países capitalistas enfrentavam, logo, as colônias sustentavam as potências por meio de impostos (IWERIEBOR, 2011.).

capitalistas, como novas relações de produção, trabalho forçado e a exploração agrícola e mineral. Diante disso, com o Ato Colonial de 1930, foi redefinida a relação entre colônia-metrópole, estabelecendo às colônias um papel de fornecedores de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, logo, restringia o crescimento e evitava a competição das indústrias da colônia angolana com o Portugal. Em virtude disso, a Angola teve a sua industrialização inibida, e o foco da sua economia foi restrita à exportação de matérias-primas, atividade a qual apenas ascendeu durante a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial e, subsequentemente, dentre esses produtos, o café tornou o principal produto de exportação angolano (COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; JOSE, 2008).

Em 1961, iniciou-se a etapa da revolução angolana, em que o pacto colonial foi substituído por uma política desenvolvimentista. Até aos anos 60, a economia da Angola era essencialmente dependente das exportações de matérias-primas e produtos primários, no entanto, com a ascensão da revolta do movimento nacionalista angolano, esse período foi caracterizado pela manutenção das condutas portuguesas no país. Desse modo, o território abriu o seu mercado e estimulou o aparecimento de indústrias, logo, abriu-se para maiores investimentos externos e internos, reestruturando a sua política e infraestrutura econômica. Em virtude disso, a taxa de crescimento da economia angolana atingiu níveis elevados, como também houve uma desvinculação do comércio único com a metrópole, assim, estabeleceu um maior movimento de expansão das instituições de crédito na Angola. Portanto, surge uma dependência do capital estrangeiro para o crescimento econômico do país, tendo em vista que este era subordinado internacionalmente pela exploração de recursos naturais (AVELAR, 2014; COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; TORRES, 1983).

Neste sentido, em 1970, Angola tinha um setor industrial significativo em relação à África Subsaariana, entretanto, o desenvolvimento da empresa capitalista angolana estava amplamente associado ao capital financeiro português e mundial. À vista disso, a burguesia portuguesa procurou financiar ainda mais o crescimento industrial da colônia, aumentando ao máximo a valorização dos recursos angolanos, logo, a industrialização deste período visava o desenvolvimento da sociedade central metropolitana. Entretanto, com o surgimento da revolta nacionalista, do engajamento dos movimentos de

libertação nacional e com o apoio intervencionista da África do Sul<sup>5</sup>; a burguesia colonial conseguiu estabelecer uma certa autonomia em relação à burguesia portuguesa e integrou-se progressivamente no espaço capitalista regional austral (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008; PEIXOTO, 2011; SANTOS, 2001).

Desse modo, após 400 anos de colonização portuguesa, sendo os últimos 20 anos sob controle da ditadura salazarista<sup>6</sup>, Angola se torna independente em 1975 de forma abrupta, com a ascensão ao poder de movimentos revolucionários. Porém, os três movimentos apresentavam interesses distintos e, assim, na fase da transferência do poder para os angolanos, foi constituído vários fatores decisivos que não representavam os interesses de todos os habitantes do território angolano, reflexo do processo e condições da luta de libertação o qual era representada pela elite branca. Com isso, inicia-se um conflito racial no centro da confrontação política, resultando-se em uma guerra civil, causando uma onda de emigração e estagnando o crescimento e desenvolvimento econômico angolano (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008; PEIXOTO, 2011; SANTOS, 2001).

Ademais, nesse período de transição para a independência de Angola, o sistema internacional se via dividido em um conflito ideológico entre duas potências, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), os quais disputavam conquistas de zonas de influência. Sendo assim, o interesse pelo território angolano se justificava pela ampla quantidade de riquezas minerais encontradas no seu subsolo e pela sua localização estratégica na região do Atlântico Sul. Neste sentido, os movimentos de libertação foram apoiados por diversos países, transformando-se numa zona de esfera de influência e estratégica política e militar. À vista disso, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com a ajuda militar de Cuba, conquistou a independência, o controle da defesa da integridade territorial e a soberania de Angola (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; JOSE, 2008, 2009; PEIXOTO, 2011; SILVA, 2016).

---

5. O modelo de desenvolvimento de Angola fazendo parte da zona dominada pela África do Sul, estava de acordo com a estratégia total do apartheid após 1975. Assim, a integração deste espaço na região e as políticas adotadas, principalmente em termos de capital e de trabalho, refletiam uma estratégia racional do desenvolvimento do capitalismo sul-africano (SANTOS, 2001).

6. A ditadura de Salazarista-Marcelo Caetano, foi derrubado em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos e, sucessivamente, Portugal estabeleceu uma política que retirou as suas tropas de Angola, aceitando a sua independência. (JOSE, 2008).

A FNLA se dissolveu como grupo armado, mas a UNITA abraçou a defesa do capitalismo com o apoio dos EUA e da África do Sul do regime do Apartheid, receando as possíveis influências que a vitória do movimento de esquerda do MPLA, de maioria negra, poderia causar na região Austral da África. Tal conflito civil motivou a elaboração e a realização das missões de paz da ONU em Angola em 1988, coincidentemente no momento de término da Guerra Fria em escala mundial, com a desmobilização da bipolaridade e do acirrado conflito ideológico nas relações internacionais (JOSE, 2008, p. 166-167).

Neste contexto, a partir de 1992, em razão dos termos constituídos pela UNAVEM I e II<sup>7</sup> (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), foi estabelecida eleições para o executivo e o legislativo do país com a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha expectativas na unificação nacional e pacificação efetiva de Angola. Deste modo, o país deixa de ter um sistema monopartidário para um multipartidário, assim, encaminhou-se para um processo de liberalização e abertura de mercado. Entretanto, os resultados das eleições, os quais foram ganhos pelo MPLA, foram contestados pela União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que, sucessivamente, retomou a guerra civil. Portanto, após 27 anos de conflito e várias tentativas de mediações da ONU – que teve as suas atividades encerradas em 1999, por pedido do presidente de Angola – em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA, foram criadas cláusulas visando a pacificação definitiva do território, culminando na assinatura do *Luena Memorandum Peace Accord*<sup>8</sup> (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008, 2009; SANTOS, 2001; SILVA, 2016).

### *Política Econômica da Angola pós-independência*

Concomitantemente, com a liderança do partido MPLA, o qual se baseava em políticas com viés socialistas, a maioria da produtividade do país se tornou pública, com preços controlados,

7. As duas missões da UNAVEM foram missões de manutenção da paz que tiveram sucessos, sendo negociados e concluídos os Acordos de Nova York e o Acordo de Bicesse, assinados pelos representantes do governo angolano, da MPLA e da UNITA. (JOSE, 2008).

8. “O assunto do Memorando de Entendimento é o compromisso das partes, através da colaboração fraterna e ativa, para garantir a conquista e ativação de cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes. Posteriormente, isso inclui a resolução definitiva do conflito armado [...]” (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2002, p. 3).

e havia um sistema de subsídio. Contudo, ainda se manteve parte do setor privado no país, principalmente relacionado ao petróleo, que em contraposição a situação política, era muito explorada por empresas da Europa Ocidental, mesmo que muitas vezes ainda em associação com a SONANGOL – companhia de exploração de petróleo estatal. Por sua vez, o governo angolano não foi efetivo no planejamento, assim, na década de 1980, o país foi marcado pela falta de alimentos e outros bens básicos, necessidades que passaram a ser supridas no mercado ilegal. Ademais, ocorria uma pressão inflacionária e o *Kwanza* estava cada vez mais valorizado, e, em adição aos gastos militares, a posição financeira angolana se tornou muito debilitada (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009).

Em 1987, o MPLA deixou de promover o socialismo, direcionando a economia angolana para o mercado, e se tornou membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), entretanto, esse esforço não obteve sucesso e a economia se manteve em crise na década de 1990. Em vista disso, nesse período, as operações de paz (OPs) da ONU estavam cada vez mais presentes na Angola, visando a resolução do conflito, uma vez que as guerras que decorriam das periferias eram consideradas uma das maiores ameaças à segurança internacional. Entretanto, as OPs também contribuíram ativamente para a inserção do modelo neoliberal à Angola, modificando as suas políticas e abrindo seu mercado, ressaltando-se a sua relação com o mercado petrolífero. Desse modo, o governo buscou apoio de instituições financeiras internacionais, com o intuito de atrair investidores para o país, no entanto, para que isso ocorresse era preciso evidenciar a sua credibilidade e a consistência das suas políticas. Contudo, Angola necessitou se adequar as políticas favoráveis para o mercado financeiro (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; FORTES, 2018; SANTOS, 2001).

Posteriormente, advindo das ineficiências dos acordos de paz para Angola, e da ineficácia de adotarem e de se adequarem as políticas neoliberais, houve uma distorção econômica. À vista disso, pela impossibilidade de conseguir créditos internacionais, foi ocasionado um crescimento econômico que dependia excessivamente do comércio de petróleo e diamante. Desse modo, essa dependência prejudica o desenvolvimento dos setores econômicos não associados ao mineral, haja vista que as reservas e infraestrutura advindas dessa atividade não são utilizadas para impulsionar esses outros setores. Por fim, grande parte dos lucros é repatriado, e há desorça-

mentação das receitas petrolíferas que não tem seus *royalties* mensurados. Ainda neste contexto, pelas consequências do período da guerra civil, a infraestrutura do país estava destruída e as perdas humanas eram grandes, impactando principalmente a agricultura (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; ALVES, 2007; FORTES, 2018; PEREIRA, 2011).

A partir de 2002, a paz se consolidou de maneira rápida, tanto com a desmobilização de combatentes e forças pacificadoras, quanto em fatores econômicos, com o crescimento do volume e do valor nas exportações de petróleo. Ademais, a capital Luanda se manteve relativamente protegida dos impactos causados, por ter sido uma base de fortaleza para o MPLA, assim, ainda em 2008, entre 80-90 por cento da produção econômica se centralizava na cidade. Entretanto, mesmo evidenciando altas taxas de crescimento econômico, a desigualdade social e a dependência de capital externo ainda eram desafios presentes no Estado. Em suma, ainda foram necessários recursos externos para a reestruturação da infraestrutura, as quais são limitadas pelo Ocidente pela acusação de má governança, corrupção e falta de transparência (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011).

Nessa conjuntura, com o intuito de reestruturar o país na questão humanitária, o governo angolano buscou ajuda financeira da ONU e da comunidade internacional, através da criação da Estratégia Contra a Pobreza (ECP). Entretanto, essa não foi efetiva, uma vez que durante sua formulação não houve muita articulação com os acionistas, assim, a comunidade internacional não considerou a Angola como segura para se realizar investimentos. Outro fator relevante foi o período dos anos 2000, em que houve o *boom* das *commodities*, fazendo com que muitas organizações não governamentais (ONGs) tivessem que se retirar do país por esse não poder mais se beneficiar da ajuda dada aos países mais pobres da África. Entretanto, a política estatal para as classes mais pobres, e de bem estar social se mantiveram não eficientes. Consequentemente, isso atrai investidores não tradicionais na África como a China e, assim, como analisado por Jose (2008, p. 178) “a Angola passa por um profundo processo de restauração estrutural, com forte cooperação e recursos aportados pelo governo chinês, reorganizando e reconstituindo a sua esfera política, a sociedade e economia” (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; FORTES, 2018).

## *Relação sino-angolano*

Na década de 1990, a Angola mantinha uma relação com as potências neoliberais, ascendendo como membro da FMI e ao BM, visando a reconstrução do país por meio de financiamentos desses países, porém essa relação não foi satisfatória para o Estado angolano. Em virtude disso, o governo angolano recorreu às outras alternativas políticas, logo, surge a relação sino-angolana, a qual ganha força por beneficiar ambas as partes. Nesse contexto, com a implementação da diplomacia pragmática chinesa de Reforma e Abertura<sup>9</sup>, e o reconhecimento diplomático de Angola, em 1983, ocorreu uma aproximação bilateral dos países. Essa relação se intensifica principalmente no início do século XXI, pelo fim da Guerra Fria e da Guerra Civil angolana e, sucessivamente, a Angola se tornou o segundo maior parceiro da China na África. Por sua vez, essa relação é marcada principalmente pelo petróleo, e por investimentos chineses no principal objetivo do governo angolano, que era a reconstrução da infraestrutura do país destruído pelo conflito (CAMPOS; VINES, 2006; CORKIN, 2011; FERNANDES, 2015; PAUTASSO, 2010; PEREIRA, 2011).

Dessa forma, os investimentos chineses em Angola são voltados para a infraestrutura – destacando-se os setores de transporte, energia e comunicação –, para que o país possa se restaurar dos efeitos da guerra civil e se desenvolver economicamente. Desse modo, os investimentos do país asiático são mais priorizados que os tradicionais ocidentais pelas menores condicionalidades e menor taxa de lucro. Ademais, um efeito indireto do crescimento chinês é o aumento no valor das *commodities* causados por esse grande mercado, impactando positivamente a economia angolana dependente desse recurso. Além da cooperação técnica e reconhecimento diplomático, a relação com a China tem trazido benefícios diretos para o país africano, haja vista que pela economia chinesa poder orçamentar *déficits*, a Angola tem obtido *superávits* comerciais, tornando a China seu principal parceiro comercial. Ainda assim, o governo angolano discursa estar realizando uma aproximação conduzida de modo a não tornar o país dependente do crédito chinês (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

9. Programa de Deng Xiaoping, em 1978, que abriu a China para investimentos estrangeiro, visando o desenvolvimento sustentado e contínuo do país, com intuito de ascender à uma posição de potência mundial (SILVA, 2008).



Desse modo, a China ultrapassa exportadores tradicionais, como Portugal, África do Sul e EUA, e se torna a principal origem das importações do país africano. Ademais, o país asiático também se configura como o maior destino das exportações angolanas, sobretudo pela necessidade energética do país, que emerge como uma potência na economia internacional. Neste sentido, no contexto angolano, o petróleo se torna a base da economia a partir de 1974, quando passa a ser sistematicamente explorado, substituindo o café como principal produto de exportação, e transformando a Angola em um produtor relevante do mineral na África Subsaariana. Assim, o produto serve para questões políticas, não tendo sua extração paralisada durante a guerra civil, sendo principal fonte de renda do MPLA nesse período (ALVES, 2007; EMMANUEL, 2009; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

Nesse contexto, o papel da empresa estatal SONANGOL é central, principalmente após a promulgação da Lei do Petróleo, em 1978, fazendo do Estado angolano o único proprietário do recurso, mesmo que procedimentos operacionais pudessem ser de domínio estrangeiro, o que torna a SONANGOL concessionária exclusiva dos recursos petrolíferos angolanos. Desse modo, nesse período o governo angolano iniciou programas para a atração de empresas estrangeiras, as quais exploram os recursos angolanos por meio de contratos de parceria, seja por partilha de produção ou associação em participação. Ademais, a partir da década de 1990, a empresa passou a realizar *holding* com o intuito de realizar outras atividades relacionadas ao ramo. Do mesmo modo, as empresas petrolíferas chinesas são estatais, assim, esses investimentos se configuram como uma política de estratégia de longo prazo (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; ALVES, 2007).

Entretanto, o governo chinês modifica a sua política, começando a apoiar empresas do próprio país a fazerem negócios com o continente africano, com o objetivo de proteger os recursos naturais estratégicos e promover o desenvolvimento econômico da China. Além de que, o país asiático aplica uma política de não intervenção na política interna dos países nos quais ela realiza apoio financeiro, assim, relacionam com qualquer tipo de organização política, sendo ela democrática ou algum regime autoritário. Entretanto, é argumentado que a falta de condicionalidades chinesa faz com que Angola esteja menos disposta a realizar acordos com o FMI, dificultando os objetivos da organização de diminuir a corrupção,

umentando a transparência. Como também, é argumentado que os investimentos constituem apenas em um projeto para manter o fornecimento de matérias-primas constante (CAMPOS; VINES, 2006; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

## **Análise do capitalismo e seus impactos na Angola à luz das teorias marxistas**

Observando a teoria neo-gramsciana de Cox, verifica-se que os comportamentos e os interesses refletidos por um Estado são construídos por ideias historicamente compartilhadas, ou seja, pelas interações entre os indivíduos (BIELER; MORTON, 2001). Em decorrência disso, os Estados são atores que constituem as normas e regras do Sistema internacional, através de suas interações políticas e econômicas, assim, o SI é um reflexo dos conflitos de interesses entre esses atores. Entretanto, o Estado retrata as ambições das forças sociais, logo, ele é restringido aos interesses de uma minoria. Contudo, o SI é fundamentado por um conjunto de valores intersubjetivos que se baseia no beneficiamento e satisfação das elites, assim, evidencia-se que a estrutura histórica capitalista é constituída por essa conduta social.

Neste sentido, as classes favorecidas têm maior influência para modificar a estrutura, que neste caso, seria o SI, assim, as preocupações dessas elites se limitam a ampliação do seu poder e do seu lucro. Dessa forma, os investimentos e implantações das políticas do Estado, o qual é controlado pelo mercado e, consequentemente, pelos interesses da burguesia, foca na obtenção de recursos para a manutenção do status privilegiado no âmbito internacional. Em virtude disso, observa-se a teorização de Marx sobre a práxis nesse processo de estruturação social, no qual as elites capitalistas exercendo o papel de forças sociais dominam os interesses do Estado. Isso decorre, uma vez que essas possuem o monopólio dos processos sociais e uma capacidade de influência sobre a coerção estrutural, fazendo com que os interesses da burguesia sejam incorporados dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas. Essa conduta pode ser analisada em várias construções sociais, e nesse artigo é contemplado na estruturação socioeconômica de Angola (MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011).

Nessa perspectiva, evidencia-se que essa construção está presente na sociedade angolana desde antes da ocupação colonial

portuguesa, sendo composta por classes fortemente organizadas, que se fundamentavam pelo modo de produção escravagista. Desse modo, a aristocracia e os chefes administrativos das antigas províncias eram a minoria com maior dominância coerciva estrutural, uma vez que os outros integrantes da sociedade eram inibidos de se expressar, logo, não conseguiam articular de modo concreto coletivamente o suficiente para moldar a organização social. Consequentemente, os portugueses se inseriram nessa conjuntura de modo a influenciar amplamente a sociedade local, moldando aspectos como na implementação do multiculturalismo cristão advindo da miscigenação generalizada da região.

Posteriormente, esse modo de exploração se manteve até meados da década de 1870, quando intensifica a expansão imperialista da Europa no continente africano, provenientes da ideologia da maximização do poder com o intuito de obter uma situação de vantagem no Sistema Internacional. Dessa forma, constata-se que os Estados usavam as colônias como elementos importantes para a sua preponderância nesse sistema, logo, as colônias eram vistas como uma garantia de poder, uma vez que proporcionava suas autossuficiências. Além disso, uma vez que as primeiras potências europeias iniciaram seus domínios imperiais, a estrutura foi moldada de modo a compelir que as outras potências replicassem em seus comportamentos políticas imperialistas em prol de manter o seu status na sociedade internacional.

Neste contexto, Portugal se agrega nessa conduta social, delimitando a antiga estruturação territorial do Reino Angolano, o qual era constituído por vários povos diferentes e, assim, tentaram homogeneizar esses diversos grupos a partir de uma conceitualização latina. Contudo, percebe-se que os africanos não tiveram influência significativa nas decisões tomadas sobre a distribuição dos seus territórios, sendo uma resolução elaborada apenas pelas potências europeias. Ademais, eram as metrópoles que fundamentavam as regras e leis da socialização africana, introduzindo significados provenientes do ocidente, como a organização estatal. Desse modo, é possível observar que os povos africanos não possuíam poder de agência em decorrência por apresentarem forças sociais menos relevantes – possuem pouca capacidade material –, o qual era fundamental para a moldagem das estruturas sociais.

Consequentemente, essa necessidade de expansão imperialista oriunda da estrutura capitalista internacional fez com que

emergissem conflitos entre as potências europeias. Nesse sentido, ao analisar a Teoria Imperialista de Lenin, proveniente principalmente da ampliação dos monopólios, iniciou-se a busca por condições de investimento, mão de obra barata e recursos naturais na África. Desse modo, as potências europeias puderam manter suas taxas de lucro, assegurando suas posições de agentes da estrutura; e conservando a situação de suas colônias de dependência e não capacidade de influenciar significativamente os processos internacionais. À vista disso, os recursos explorados nos países africanos são implementados na sociedade europeia, melhorando sua condição de vida, e evitando com que a revolução que findaria o capitalismo ocorresse. Entretanto, assim que os territórios africanos foram divididos em sua totalidade pelas potências ocidentais, iniciam-se conflitos, que ocasionam na Primeira Guerra Mundial. Portanto, é possível perceber que os interesses das elites europeias de aumentar os lucros guiam os comportamentos desses Estados, tornando-se impossível dissociar a economia da política.

O Ato Colonial em 1930, redefine a relação entre a Angola e Portugal, ressaltando-se o poder de controle da metrópole no modo de produção do país africano, com isso, restringindo, o crescimento industrial da colônia e, conseqüentemente, a possibilidade da sociedade de desenvolver outros modos econômicos além de ser provedora de matérias primas e de produtos manufaturados. Entretanto, foi somente na década de 1960 que essa política foi substituída para uma política desenvolvimentista, iniciando-se a etapa da revolução angolana. À vista disso, Portugal estabelece uma política mais liberal, aplicando à sociedade angolana a possibilidade de estimular o aparecimento de indústrias e o aumento dos investimentos externos e internos, por meio da abertura do seu mercado, logo, reestruturando a sua política e infraestrutura econômica, possibilitando o aumento da capacidade material. Essa abertura política econômica possibilitou que a sociedade angolana formasse outra percepção de conduta social, havendo uma interação um pouco mais ampla com outros países além da metrópole.

Entretanto, o poder de agência atribuído ao povo angolano foi utópico, tendo em vista que o país era dependente do capital estrangeiro para o seu crescimento econômico, portanto, era subordinado as potências capitalistas pela exploração dos seus recursos naturais, principalmente do petróleo. Por sua vez, verifica-se a emergência da conscientização do senso coletivo do povo angolano

– primeiro elemento do método de estruturas históricas –, havendo a interação entre indivíduos compartilhando a noção de exploração e limitação que o formato político vigente proporcionava, logo, essa percepção possibilitou a formação de movimentos revolucionários. Em virtude disso, com o engajamento dos movimentos de libertação nacional, a burguesia colonial conseguiu estabelecer uma certa autonomia em relação à burguesia portuguesa e agregou-se gradativamente no espaço capitalista regional austral. Por conseguinte, Angola se torna independente em 1975, com a ascensão ao poder desses movimentos revolucionários, assim, ressalta-se o ganho de poder de agência dos angolanos e a modificação da estrutura que eles provocaram.

Porém, o poder de agência concentrou no controle dos três partidos existentes, os quais apresentavam interesses distintos entre si, não representando os interesses de todos os angolanos, como consequência do processo e das condições da luta de libertação, as quais a elite branca tinha maior predominância. Subsequentemente, inicia-se uma guerra civil, em um período em que a ordem internacional presenciava um conflito ideológico entre duas grandes potências, os EUA e a URSS, sendo assim, além dessas potências, vários outros países apoiaram e influenciaram o desencadeamento da guerra. Isso se dá por razão de Angola ser um relevante ator estratégico político e econômico, principalmente pela sua vasta reserva petrolífera. Dessa forma, verifica-se que todas as tentativas de pacificação e unificação angolana tiveram um interesse de vantagem próprio das potências. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização, as políticas neoliberais foram implementadas na Angola, reestruturando as suas políticas e forçando o país a se adequar às demandas capitalistas.

Ademais, nesse contexto, ocorre a expansão da ideologia de liberalização econômica e política. Desse modo, o mercado passa a ser o principal ordenador da vida social, entretanto, o neoliberalismo acentuou as assimetrias econômicas, impactando negativamente, principalmente as economias periféricas. Nessa conjuntura, transformações internacionais desencadeiam em mudanças na política interna angolana, modificando de um sistema unipartidário para uma democracia baseada no lema “um só povo, uma só nação”. Assim, nesse período foi possível observar a ascensão de uma visão mais multiculturalista, mesmo que ainda houvesse uma divisão entre aqueles que defendessem uma posição mais lusófona

ou uma mais afrocentrista do país. Por conseguinte, a Angola ainda dependia amplamente do capital financeiro para reestruturar a sua infraestrutura – que sofreu impactos intensos em função da guerra civil –, porém o país não obteve esse apoio em razão das acusações de má governança e corrupção, logo, resultando na falta de confiança da comunidade internacional.

Nesse contexto, é possível analisar a posição angolana no sistema internacional a partir do conteúdo teórico do Sistema-Mundo. Assim, a Angola pode ser classificada como periferia, haja vista que a sua produção consiste em majoritariamente bens de baixo valor agregado, essencialmente petróleo bruto. Consequentemente, é estabelecida uma relação de dependência para a aquisição de outros bens, necessidade suprida inicialmente com parceiros como Portugal, e atualmente sendo substituída pela China. Esse fator torna o país inapto para realizar impactos significativos no sistema internacional, sendo passível de ações repressivas pelo centro para a manutenção da estrutura. Por sua vez, na perspectiva do contexto interno angolano, a divisão econômica ocorre de modo a posicionar a burguesia ligada ao petróleo no centro da política do país, impactando no comportamento desse Estado. Em decorrência disso, mesmo com tentativas de se diminuir a dependência com relação ao mineral, esse objetivo não foi atingido, uma vez que essa burguesia utiliza de seu poder de agência para manter a conformação social e a coerção estrutural.

Nesse sentido, a posição de dependência de Angola faz com que seja crucial a manutenção das relações com a China, principalmente relacionado aos investimentos para a reconstrução da infraestrutura angolana. Assim, os empréstimos chineses são priorizados pelos governos africanos em decorrência dos menores lucros e condicionalidades a estes atribuídos. Entretanto, as poucas condicionalidades resultam em poucas restrições, assim, os investimentos chineses se direcionarem também aos países não democráticos e que desrespeitam os direitos humanos, diferentemente dos empréstimos ocidentais. Ademais, o envolvimento chinês em Angola pode ser compreendido apenas como uma transição de eixo de dependência, uma vez que as vantagens desses empréstimos os tornam mais atraentes, todavia, ainda ocasionam em grandes dívidas. Em virtude disso, essa relação é criticada por poder ocasionar um condicionamento da economia angolana à chinesa, dificultando o desenvolvimento.

Outro fator de importância nessa relação é a articulação de interesses entre as elites angolanas e chinesas, assim, estas atuam de modo a influenciar ambos os Estados para defenderem seus interesses. Dessa forma, no contexto angolano, a população beneficia apenas parcialmente do crescimento econômico, em contraposição às elites, principalmente associadas ao MPLA, que obtém grandes ganhos, e desenvolvem novas técnicas de acumulação de capital a partir da combinação às elites estrangeiras. Por conseguinte, a estrutura capitalista reflete os interesses dos atores com maior poder de influência e material - as forças sociais -, desse modo, são reiterados significados relacionados ao lucro e ao crescimento, não necessariamente visando o crescimento da nação e a melhoria nas condições de vida da população.

## Conclusão

Em vista dos argumentos previamente apresentados, é possível concluir que as ideologias das elites capitalistas influenciaram o desencadeamento socioeconômico angolano pelo contexto apresentado a partir da pergunta de partida para esse artigo: 'Como as ideologias das elites capitalistas restringiram o processo de evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial?'. Essa influência se dá por possuírem o monopólio dos processos sociais e uma capacidade de influência sobre a coerção estrutural, fazendo com que os interesses da burguesia sejam incorporados dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas. Dessa forma, para compreender como essa prática restringiu a sociedade angolana, analisa-se o desenvolvimento histórico socioeconômico de Angola, ressaltando o período pós-independência, quando a estrutura neoliberal capitalista teve grande influência sobre o povo angolano.

Á vista disso, verifica-se que desde antes de Angola conquistar a sua independência, ela foi limitada à uma certa socialização, sendo essa definida pela metrópole portuguesa. Dessa forma, os africanos não apresentavam poder de agência, logo, não podiam modificar a estrutura em que eles foram inseridos, tendo em vista que a estruturação foi moldada pela força do exército português para garantir os seus interesses e preocupações. Em virtude disso, observa-se que os angolanos por não possuírem uma interação social de ideias efetivas ao progresso da sua força, eram inibidos

de criarem sentidos coletivos que pudessem influenciar a estrutura. Aspecto que seria mudado partir dos anos 1960, época em que foi implementada uma política mais liberal por Portugal sobre Angola, possibilitando uma abertura política econômica, no entanto, surgindo-se uma maior subordinação às outras potências capitalistas, principalmente pela exploração do seu petróleo.

Desse modo, o poder de agência de Angola ainda foi limitado, tendo em vista que o país era dependente do capital estrangeiro para o seu crescimento econômico, logo, as elites ocidentais eram os que moldavam ideologicamente a estrutura. Isto posto, os Estados ocidentais aderindo as ideias de suas elites, atuavam de modo a beneficiá-las, por meio de relações desiguais com a Angola, instaurando uma interação de dependência e exploração. Portanto, essa influência ideológica perdurou, no contexto da Guerra Fria, mesmo com a ascensão do poder de agência dos movimentos de libertação em relação ao controle português. Tendo em vista que o poder de agência concentrou no controle dos três partidos existentes, os quais tinham uma relação ampla com as potências ocidentais, assim, a estruturação socioeconômica do país angolano foi delimitada aos seus interesses.

Nessa conjuntura, ocorre a implementação da ideologia neoliberal no país angolano, reestruturando os seus moldes da ordem social, assim, foi necessário se adequar às demandas do sistema político econômico vigente, fazendo com que o mercado passasse a ser o principal ordenador da vida social. Entretanto, o neoliberalismo acentuou as assimetrias econômicas, no âmbito nacional e internacional, uma vez que a Angola ainda dependia intensamente do capital financeiro para reestruturar a sua infraestrutura. Consequentemente, o país se viu depender também do seu comércio petrolífero, o qual restringiu o seu desenvolvimento econômico, haja vista que as elites capitalistas, internas e externas, estavam interessados apenas em cumprir as suas relações de troca comercial. Em vista disso, evidencia-se um crescimento econômico no país, porém não havia políticas focadas em questões mais necessitadas, como a garantia do desenvolvimento social. Portanto, nesse contexto, surge a relação sino-angolano, que intensificou, principalmente em virtude da convergência de interesse das elites de ambos países.

Destarte, essa relação se limita nos interesses provenientes de ambas as partes, a China visando a Angola como um garantidor energético que sustentaria o seu crescimento industrial, enquanto,



o país africano almeja investimentos em sua economia buscando restaurar os impactos ainda persistentes da guerra civil. Entretanto, verifica-se que essa relação consiste em um modo para manter fornecimento constante do petróleo, tornando o país angolano dependente da China em virtude das dívidas ocasionadas pelos empréstimos. Além de que, a cooperação se limita aos interesses das elites capitalistas angolanas, logo, restringindo o desenvolvimento econômico, aumentando a desigualdade no país. Por conseguinte, verifica-se que nessa nova ordem pós-colonial, as elites capitalistas moldam a estrutura do país com uma ideologia capitalista que, conseqüentemente, influencia e modifica o modo de interação da sociedade angolana.

## Referências

- AGUILAR, Renato; GOLDSTEIN, Adrea. The Chinasation of Africa: The Case of Angola. **The World Economy**, Wiley Blackwell, Oxford, v. 32, n. 11, p. 1543-1562, 2009.
- ALVES, Duarte Bué. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**, Lisboa, v.10, p. 56-71, 2007.
- AVELAR, Amanda Caroline Nunes. **As relações comerciais entre Angola e China no início do século XXI**. 2014. Tese (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BALAAM, David; DILLMAN, Bradford. **Introduction to International Political Economy**. 6. ed. Nova Iorque: Pearson Education, 2014, p. 78-100.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. The Gordian Knot of Agency-Structure in International Relations: A Neo-Gramscian Perspective. **European Journal of International Relations**, Aberystwyth, v. 7, n. 1, p. 5-35, 2001.
- BRIDGE, F. R.; BULLEN, Roger. **The great powers and the European states system 1814-1914**. 2. ed. Harlow: Pearson education limited, 2005, p. 1-20.
- CAMPOS, Indira; VINES, Alex. Angola and China: A Pragmatic Partnership. **Center for Strategic & International Studies**, London, p. 1-26, 2008.
- COHN, Theodor H. **Global Political Economy: Theory and Practice**. 6. ed. Londres: Pearson Education, 2012, p. 103-130.
- CORKIN, Lucy. China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, v. 1, n. 1, 2011.
- COSTA, Paulo; PACHECO, Luís; TAVARES, Fernando Oliveira. História econômico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e Sociedade**, Porto, v. 29, p. 82-98, 2018.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Re-

lations Theory. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, Robert W. Realism, Positivism and Historicism. In: COX, Robert W; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 49-59.

COX, Robert W. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press, 1987.

EMMANUEL, Vete Willy. Chinese Investment in Angola. In: BAAH, Anthony Yaw; JAUCH, Hebert. **Chinese Investment in Africa: A Labour Perspective**. Accra: African Labour Research Network, 2009, p. 366-383.

FERNANDES, Sofia de Graça Cordeiro. **Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas**. 2015. Tese (Doutor em Estudos Africanos) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

FORTES, Ana Rachel Simões. As operações de paz da ONU como um mecanismo de neoliberalismo disciplinar: o caso de Angola (1988-2002). **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p.28- 37, 2018.

IWERIEBOR, Ehiedu E. G. **The Colonization of Africa**. New York: Schomburg Center for Research in Black Culture, 2011.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p. 159-179.

JOSE, Joveta. **Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais**. Caxambu: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

MARTINS, Aline Regina Alves; MILKLOS Manoela; VIGEVANI, Tullo. RODRIGUES, Priscila. **A contribuição marxista para os estudos das Relações Internacionais**. São Paulo: Lua Nova, 2011.

PASCOAL, Ana Mitti Manuel. **Impacto da Cooperação Angola-China na Construção de Infraestruturas e no Desenvolvimento Social e Económico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2013.

PAUTASSO, Diego. A Economia Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-126, 2010.

PEREIRA, Rui P. A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e suas Implicações para Portugal: O Sector da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso. **Nação e Defesa**, p. 183-214, n. 128, 2011.

PEIXOTO, Carolina. **Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A 'descolonização' de Angola e o retorno dos 'nacionais'**. Lisboa: Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 2011.

RAMOS, Leonardo Cesar Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização:**

uma perspectiva neogramsciana. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC-RIO. Rio de Janeiro, p. 39-74, 2005.

RUPERT, Mark. Marxism and critical theory. *In*: DUNNE, Tim et. Al. (eds.). **International relation theories**: Discipline and diversity. Oxford: OUP, 2007, p. 153-171.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 99-133, 2001.

SILVA, Helder Paulo M. Reforma e Abertura na China: Vinte e Cinco Anos. **Fragmentos de Cultura**, Goiania, v. 18, p. 67-78, 2008.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos**: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 154-184, 2016.

SUGANAMI, Hidemi. Agents, Structures, Narratives. **European journal of International Relations**, Keele, v. 5, p. 365-386, 1999.

TORRES, Adelino. Pacto Colonial e industrialização de Angola (anos 60-70). **Análise Social**, v. 19, p. 1101-1119, 1983.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Identical letters dated 25 April 2002 from the Permanent Representative of Angola to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council**. Nova York: Security Council, 2002.

VIERA, João Paulo T. de Oliveira. **Forças Sociais na produção da história**: A visão de mundo de Robert Cox. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2013.

VENÂNCIO, José Carlos. Multiculturalismo e Literatura Nacional em Angola. *In*: GONÇALVES, António Custódio (coord.). **Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana**. Porto: Universidade do Porto, 2001. p. 28-37.

*Recebido em: 16/02/2020*  
*Aprovado em: 20/04/2020*